

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS (2000–2022)

Ana Thais da Silva Cardoso¹
Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

145

RESUMO

Este artigo propõe analisar como a Batalha do Jenipapo (1823) foi discutida em livros didáticos de História do Ensino Fundamental publicados entre 2000 e 2022. O estudo parte do pressuposto que o ensino de História, enquanto campo de disputas de memória, reflete escolhas políticas e editoriais que privilegiam determinadas narrativas em detrimento de outras. A metodologia adotada baseou-se na análise documental de seis coleções didáticas, relacionadas com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e com os currículos locais. Portanto, este é um esforço de contribuir para o debate em torno da valorização da história regional e da inserção da Batalha do Jenipapo como parte fundamental da construção da Independência do Brasil.

Palavras-chave: Batalha do Jenipapo. Ensino de História. Livros Didáticos. Independência do Brasil.

WHO TELLS THE STORY? THE BATTLE OF JENIPAPO AND THE LINES OF INTERPRETATION IN TEXTBOOKS (2000–2022)

ABSTRACT

This article proposes to analyze how the Battle of Jenipapo (1823) is addressed in History textbooks for Elementary Education published between 2000 and 2022. The study is based on the premise that the teaching of History, as a field of memory disputes, reflects political and editorial choices that privilege certain narratives to the detriment of others. The methodology was based on the documentary analysis of six textbook collections, confronted with the National Curriculum Parameters (1998), the Common National Curriculum Base (2017), the National Textbook and Teaching Material Program (PNLD), as well as local curricula. Therefore, this is an effort to contribute to the debate on the appreciation of regional history and the inclusion of the Battle of Jenipapo as a fundamental part of the construction of Brazil's Independence.

Keywords: Battle of Jenipapo. History Teaching. Textbooks. Independence of Brazil.

¹ Graduada em licenciatura plena em história pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), e-mail: anathaisdasilvac@aluno.uespi.br

² Pós-doutorado em Direito; Pós-doutorado em História pelo PNPd-CAPES, Doutora em História Social; Doutora em Direito e mestra em Educação, área de concentração Docência. Professora adjunta IV da Universidade Estadual do Piauí e Associada I da Universidade Estadual do Maranhão. Professora Permanente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) UESPI/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. É pesquisadora do INCT Proprietas/NEEPP, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí-IHGPI e atualmente é vice-presidente da Academia de Ciência do Piauí- ACIPI. E-mails: valterialvarenga@cchl.uespi.br / antoniaalvarenga@professor.uema.br

¿QUIÉN CUENTA LA HISTORIA? LA BATALLA DE JENIPAPO Y LAS LÍNEAS DE
INTERPRETACIÓN EN LOS LIBROS DE TEXTO (2000–2022)

RESUMEN

Este artículo propone analizar cómo se aborda la Batalla del Jenipapo (1823) en los libros de texto de Historia de la Educación Básica publicados entre 2000 y 2022. El estudio parte del supuesto de que la enseñanza de la Historia, como campo de disputas de memoria, refleja elecciones políticas y editoriales que privilegian determinadas narrativas en detrimento de otras. La metodología se basó en el análisis documental de seis colecciones didácticas, confrontadas con los Parámetros Curriculares Nacionales (1998), la Base Nacional Común Curricular (2017), el Programa Nacional del Libro y del Material Didáctico (PNLD), además de los currículos locales. Por lo tanto, este es un esfuerzo por contribuir al debate en torno a la valorización de la historia regional y la inserción de la Batalla del Jenipapo como parte fundamental de la construcción de la Independencia de Brasil.

Palabras clave: Batalla del Jenipapo. Enseñanza de la Historia. Libros de texto. Independencia de Brasil.

Introdução

A Batalha do Jenipapo, travada em 13 de março de 1823, constitui um marco relevante nas lutas pela emancipação política do Brasil³. Embora a independência tenha sido declarada em 7 de setembro de 1822, ela não se estendeu imediatamente às regiões Norte e Nordeste, áreas de grande interesse estratégico e econômico para Portugal. O Piauí, nesse contexto, possuía uma economia dinâmica, marcada pelo comércio de algodão, gado e outros produtos, que garantiam recursos à Coroa e sustentavam as atividades locais⁴. Foi nesse cenário que o oficial português João José da Cunha Fidié foi designado para atuar, tornando-se um dos personagens centrais no confronto.

Considerando a relevância desse episódio, torna-se pertinente questionar de que maneira a Batalha do Jenipapo tem sido incorporado à memória nacional, pelo espaço escolar. O ensino de História, enquanto componente curricular, ocupa uma posição estratégica na formação da consciência histórica dos alunos. A forma como o passado é selecionado, organizado e apresentado aos estudantes não é neutra; ao contrário, está imersa em disputas narrativas e políticas, como destaca o trabalho de Pereira e Rodrigues⁵, ao afirmar que "o currículo de História é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e de dizer o passado". Essa seleção

³A Batalha do Jenipapo, considerada um dos episódios mais sangrentos da Guerra da Independência do Brasil, ocorreu em 13 de março de 1823, às margens do rio Jenipapo, na então vila de Campo Maior, no Piauí.

⁴CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo**: A independência do Piauí. São Paulo: FTD, 2002.

⁵PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Orgs.). **Ensino de História e currículo**: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino. Paco Editorial, 2017, p. 28.

de conteúdos define o que será lembrado ou silenciado, e molda diretamente as identidades construídas no ambiente escolar.

A organização do trabalho pedagógico no ensino de História ocorre a partir da articulação entre os documentos normativos e as políticas públicas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a Base Nacional Comum Curricular (2017), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), além dos currículos locais. Esses instrumentos orientam os conteúdos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidos no espaço escolar. Nesse processo, o livro didático aparece como um elo entre as diretrizes curriculares e a prática pedagógica em sala de aula. É, muitas vezes, o principal recurso utilizado pelos professores para orientar o planejamento e a condução do ensino. Carneiro⁶ ressalta essa centralidade ao afirmar que o livro didático atua como “apoio” e como “guia” para o docente, podendo inclusive se tornar um fator limitador do seu trabalho.

Dessa forma, o artigo analisa a presença da Batalha do Jenipapo nos livros didáticos de História. A metodologia foi organizada em dois eixos articulados: o primeiro consistiu-se no estudo da bibliografia de suporte, especialmente de acadêmicos que pesquisam sobre o tema. O segundo está relacionado à análise de seis obras destinadas ao 8º ano⁷ do Ensino Fundamental, publicadas entre 2000 e 2022, focalizando os capítulos sobre a Independência do Brasil e a forma como mencionam a Batalha do Jenipapo.

1 Entre currículo e mercado: o papel das editoras na organização dos livros didáticos

A relação entre o mercado editorial e os temas abordados nos livros didáticos é marcada por uma lógica que articula interesses econômicos, políticos e pedagógicos. As editoras, ao selecionarem os conteúdos que serão publicados e distribuídos em larga escala, tendem a considerar não apenas critérios de relevância científica e educacional, mas também as demandas impostas pelo mercado e pelas políticas públicas de aquisição de livros, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesse contexto, os temas tratados refletem, em grande

⁶ CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de história**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

⁷ A mudança na organização do Ensino Fundamental de oito para nove anos — estruturado por anos e não mais por séries — foi instituída pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Essa lei alterou os artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, ampliando a duração do Ensino Fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade. O processo de implementação ocorreu de forma gradual em todo o país, com prazo até o ano letivo de 2010 para que todos os sistemas de ensino se adequassem. Assim, a partir dessa reorganização, o Ensino Fundamental passou a ser estruturado por anos de escolaridade (1º ao 9º ano), substituindo o modelo anterior de séries (1ª à 8ª série).

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

medida, as tendências curriculares, as diretrizes oficiais e as expectativas de consumo das escolas e professores, o que pode resultar tanto na reprodução de narrativas hegemônicas quanto na limitação de abordagens críticas e plurais sobre a história e a sociedade. As obras didáticas que compõem o corpus desta pesquisa estão sintetizadas no quadro a seguir. Nele constam título, autoria, editora e ano de publicação, o que possibilita visualizar a diversidade dos materiais analisados.

Quadro 1 – Obras didáticas de História analisadas: editoras, autoria e ano de publicação (2000–2022)

Coleção/livro	Editora	Autoria/organização	Ano de publicação
História Temática: Terra e Propriedade	Scipione	Andrea Montellato; Conceição Cabrini; Roberto Catelli	2000
Passaporte para a História	Editora do Brasil	Renato Mocellin; Rosiane de Camargo	2008
Projeto Radix: raiz do conhecimento	Scipione	Claúdio Vicentino	2011
Estudar História: Das origens do homem à era digital	Moderna	Patrícia Ramos Braick	2015
Teláris História	Editora Ática	Claúdio Vicentino; José Bruno Vicentino	2018
História sociedade & cidadania	FTD	Alfredo Boulos Júnior	2022

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das obras didáticas analisadas.

Do ponto de vista técnico, ainda que tal informação não esteja explicitada no Quadro 1, a análise das coleções didáticas revelou um dado relevante quanto à autoria das obras: a maioria dos responsáveis pelos manuais possui formação *stricto sensu*, como mestrado ou doutorado, na área de História. Essa qualificação contribui para conferir legitimidade técnico-científica e historiográfica aos livros didáticos produzidos, embora não se tenha identificado esse critério como condição para a aprovação do material didático. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático- PNLD, o adota critérios específicos para a aprovação das obras, entre eles a correção conceitual, a coerência metodológica e o alinhamento às diretrizes curriculares.

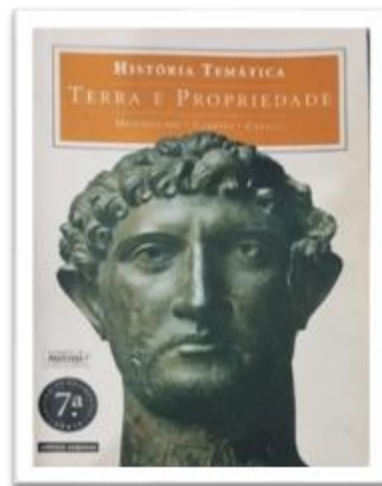
A participação desses profissionais vinculados à pesquisa acadêmica não garante por si só a inclusão de narrativas mais plurais e regionalizadas. Como mencionado antes, a dinâmica

editorial, frequentemente orientada por exigências de mercado, tende a limitar a autonomia dos autores, que muitas vezes precisam seguir roteiros previamente estabelecidos. Bittencourt⁸ observa que, ao conquistarem o direito de produzir e divulgar os livros didáticos, as editoras passaram a tratá-los como “mercadoria inserida na lógica capitalista, um produto típico da indústria cultural [...] destinado ao consumo e à obtenção de lucro”. Essa lógica comercial impacta diretamente na escolha dos conteúdos e, conseqüentemente, na maneira como algumas temáticas importantes passam a integrar ou não a memória nacional.

De acordo com Carneiro⁹, os materiais aprovados e distribuídos pelo PNLD seguem tendências de mercado que geram obras “breves, fragmentadas, objetivas e visualmente impressionantes, mas abordando os mesmos conteúdos, frequentemente com a mesma perspectiva”. Ao priorizar materiais breves, fragmentados e visualmente atraentes, em detrimento da profundidade analítica e da diversidade interpretativa, o currículo tende a reforçar uma aprendizagem superficial, voltada mais para a reprodução de conteúdo do que para o desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão histórica. Considerando tais efeitos na construção do currículo escolar, passa-se à análise das obras selecionadas.

2 A Batalha do Jenipapo nos livros didáticos de História (2000–2022)

Figura 1- Capa do livro “História Temática – Terra e Propriedade” (7ª série)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁰.

⁸BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993, p. 78.

⁹CARNEIRO, 2017, p. 136.

¹⁰MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. *História temática: terra e propriedade* – 7ª série. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

O livro *História temática: terra e propriedade – 7ª série*, publicado em 2000, integra a coleção aprovada no PNLD/2002. No *Guia dos Livros Didáticos* disponibilizado aos professores, a obra recebeu duas estrelas, sendo classificada como recomendada. Segundo o próprio Guia, livros recomendados “são aqueles que cumprem todos os requisitos mínimos de qualidade exigidos. Por isso mesmo, asseguram a possibilidade de um trabalho didático correto e eficaz por parte do professor”¹¹.

A obra didática em questão, destinada à 7ª série, é estruturada em três unidades. No que se refere ao tema da Independência do Brasil, o conteúdo é abordado no Capítulo 9 – “Independências políticas e a ideia de nação”, inserido na terceira unidade. Segundo os autores, conforme descrito no manual do professor, o capítulo tem como objetivo apresentar a Independência do Brasil em diálogo comparativo com os demais processos de independência ocorridos na América. Destaca-se, ainda, a seção “Refletindo sobre o tema”(p.151), que propõe uma análise do Hino da Independência do Brasil (1822)¹² como ponto de partida para discussão em sala de aula. Nessa abordagem, o manual orienta que seja enfatizado junto aos alunos o caráter patriótico, simbólico e de homogeneização da nação presente na composição.

A narrativa da Independência é apresentada sob uma perspectiva política elitista, centrada na atuação de Dom Pedro I, nas Cortes portuguesas e no episódio do 7 de setembro. Observa-se a ausência de menção à Batalha do Jenipapo e a outros movimentos armados ocorridos nas regiões Norte e Nordeste do país, que também participaram do processo de emancipação política¹³. Embora o *Guia do Livro Didático* não explicita essa limitação de forma direta no capítulo em questão, reconhece na resenha geral da coleção, a existência de recortes temáticos. Como afirma o próprio documento:

Sugere-se que o professor esteja atento ao fato de a proposta exigir acompanhamento constante e cuidadoso na seleção, articulação e realização das atividades. [...] A coleção, ao desenvolver um trabalho de História Temática, procedeu a uma seleção, que implicou a exclusão de temas. É necessário que o professor avalie a oportunidade de complementar os temas propostos, além de construir e introduzir novos¹⁴.

¹¹BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries** – PNLD 2002. Brasília: MEC, 2001, p. 13.

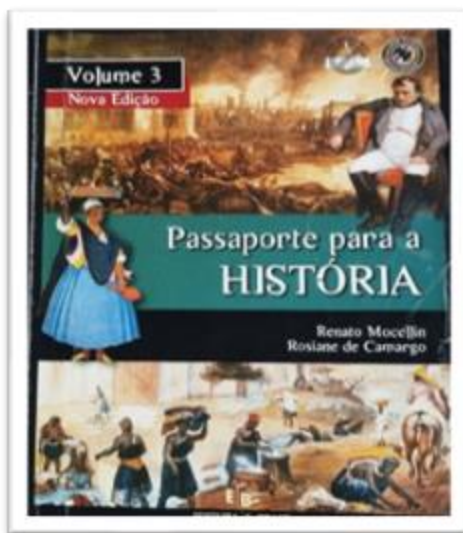
¹²O Hino da Independência do Brasil (1822) foi escrito pelo jornalista e político Evaristo da Veiga, em 1822, como uma forma de expressar seu apoio à independência do país.

¹³Além da Batalha do Jenipapo, a Independência contou com confrontos na Bahia, como Pirajá (1822) e o cerco a Salvador, que expulsou os portugueses em julho de 1823. No Grão-Pará, a adesão só veio em 15 de agosto de 1823, após resistências ligadas aos interesses da elite local (Franchini Neto, Hélio, 2015; Monte, 2024).

¹⁴BRASIL, 2001, p. 304.

Essa declaração revela que a limitação aos conteúdos não é acidental, mas resultado de uma escolha política e metodológica da coleção. Ao adotar uma abordagem temática, a obra deixou de contemplar aspectos importantes da Independência do Brasil, especialmente aqueles relacionados à participação popular, que estaria presente na concepção de uma história plural. Essa lacuna exige, portanto, que o professor assuma um papel ativo e crítico frente ao material didático, procurando ressaltar as diferentes nuances que assumiram o processo de independência do Brasil.

Figura 2 - Capa do livro “Passaporte para a História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra¹⁵.

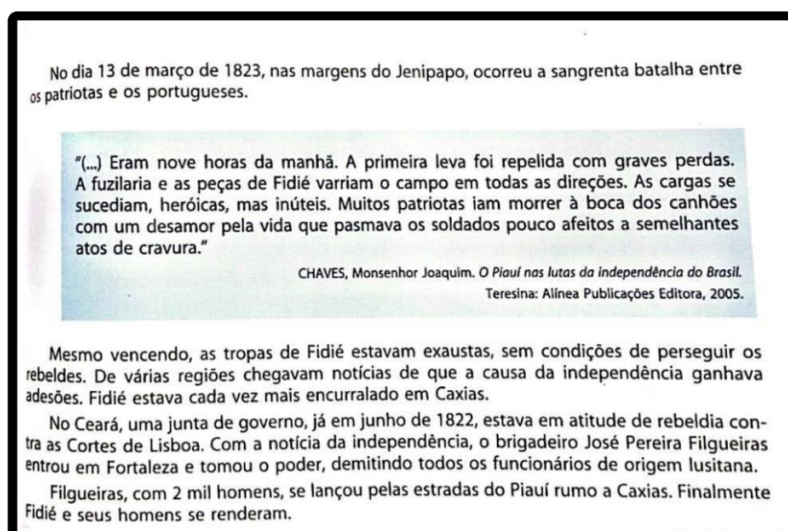
Entre as obras didáticas selecionadas para esta pesquisa, *Passaporte para a História*, em sua segunda edição publicada em 2008, sob autoria de Renato Mocellin e Rosiane de Camargo, apresenta uma abordagem que merece destaque. O processo de Independência é tratado no Capítulo 3 – “A emancipação política do Brasil”, pertencente ao Tema III. O capítulo contempla acontecimentos já consagrados pela historiografia escolar, como o *Dia do Fico* e o *Grito do Ipiranga*, mas avança ao reconhecer que a ruptura com Portugal foi marcada por conflitos armados em diversas regiões. Em uma das passagens, os autores afirmam que “a independência não foi aceita imediatamente em todo o país. Houve resistência e muito sangue

¹⁵MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Passaporte para a História: 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

foi derramado”¹⁶. Abaixo, observa-se a imagem da página em que a obra trata diretamente da Batalha do Jenipapo.

Figura 3 - Trecho do livro *Passaporte para a História* sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 229.

A imagem supracitada apresenta um trecho da página 229, em que a Batalha do Jenipapo é abordada com clareza e destaque. Um aspecto especialmente relevante é a inserção de uma passagem da obra de Monsenhor Joaquim¹⁷. A escolha por incluir esse autor demonstra a intenção dos responsáveis pela obra de conectar o conteúdo escolar à produção historiográfica regional. Complementando o conteúdo, os autores propõem, na página seguinte, uma atividade em grupo que incentiva os alunos a pesquisarem sobre o tema. A proposta valoriza o processo investigativo, conforme orientam: “Entre as guerras de independência, destaca-se a Batalha do Jenipapo. Dividam-se em grupos e façam uma pesquisa sobre esse embate, buscando informações especialmente sobre a participação popular no episódio”¹⁸.

Essa valorização do contexto regional contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos. Como aponta o autor Lima¹⁹, o estudo da história local nas escolas permite que os alunos valorizem a trajetória de sua comunidade e reconheçam-se como

¹⁶MOCELLIN; CAMARGO, 2008, p. 228.

¹⁷A obra integra o terceiro conjunto identificado como historiografia moderna, cuja produção teve início nos anos 1950 e se destacou nas décadas de 1960 e 1970, especialmente durante as comemorações do sesquicentenário da Independência, quando ficou evidente a relação entre a escrita da história e os interesses do Estado (QUEIROZ, Teresinha, 2022, p. 62).

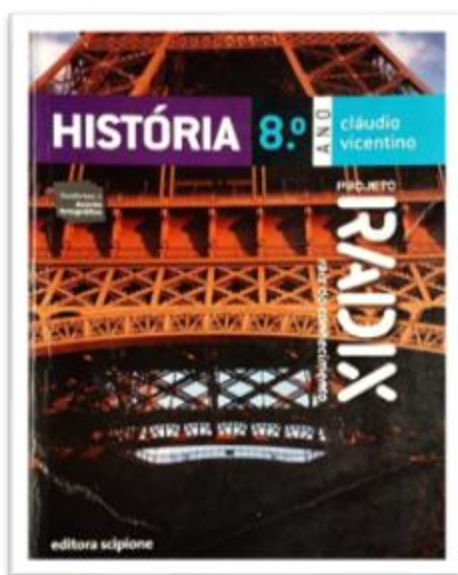
¹⁸MOCELLIN; CAMARGO, 2008, p. 230.

¹⁹LIMA, Guilherme. *O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada*. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.

participantes do processo histórico. Nesse sentido, o destaque dado ao episódio, aliado ao uso de fontes históricas locais e à proposta de atividades investigativas, faz com que a obra desempenhe um papel importante na construção de uma memória coletiva que reconhece a participação ativa de diferentes regiões do país no processo de Independência.

Lamenta-se, entretanto, que, mesmo tendo sido publicada originalmente em 2007 — ou seja, antes da homologação da BNCC e das reformulações mais recentes do PNLD —, a obra *Passaporte para a História* não tenha sido incluída nos catálogos oficiais do programa. Sua abordagem já antecipava princípios que hoje são valorizados, como a inclusão de múltiplas vozes na narrativa histórica e a valorização das identidades regionais²⁰. Esse cenário reforça a importância de revisitar obras que, embora fora dos circuitos institucionais de grande circulação, oferecem contribuições significativas para a formação crítica e contextualizada dos estudantes.

Figura 4 - Capa do livro “Projeto Radix – raiz do conhecimento” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra²¹.

A terceira obra analisada intitula-se *Projeto Radix – raiz do conhecimento: História* do autor Cláudio Vicentino. A coleção foi aprovada no PNLD de 2011, cuja organização classificou as obras em dois grandes blocos, de acordo com suas perspectivas curriculares dominantes: *História Integrada e História Temática*. A obra de Vicentino insere-se no grupo das que adotam

²⁰A valorização dessas abordagens encontra respaldo, por exemplo, na quarta fase da historiografia piauiense, definida por César Monte (2024) como *historiografia acadêmica*, caracterizada por uma estrutura baseada em critérios científicos e por uma leitura crítica dos fatos históricos, elementos que também estão presentes na obra *Passaporte para a História*

²¹VICENTINO, Cláudio. *Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

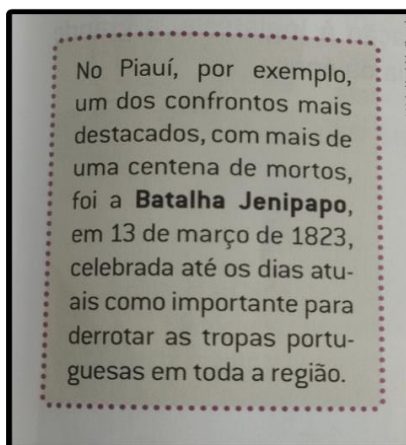
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

a proposta de História Integrada, abordagem predominante entre as coleções aprovadas. Conforme o *Guia do PNLD*, essa perspectiva é definida da seguinte forma:

Por História Integrada identificamos as coleções cujo agrupamento temático pauta-se pela evocação da cronologia de base europeia integrando-a, quando possível, à abordagem dos temas relativos à história brasileira, africana e americana ²².

Um aspecto que chama atenção é a forma como o autor organiza os conteúdos: no capítulo 8, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, são abordados o Dia do Fico e a Proclamação da Independência. No entanto, as lutas pela Independência só são tratadas de forma mais direta no capítulo 12, intitulado “O Primeiro Reinado”, localizado no módulo 6. A principal luta enfatizada pela obra é a que ocorreu na Bahia, ao passo que a Batalha do Jenipapo, travada no Piauí, recebe apenas uma menção superficial. Ela aparece resumidamente em um pequeno trecho localizado no canto inferior esquerdo da página, sem qualquer aprofundamento. Apresenta-se a imagem que ilustra essa breve referência:

Figura 5 - Trecho do livro Projeto Radix sobre a Batalha do Jenipapo



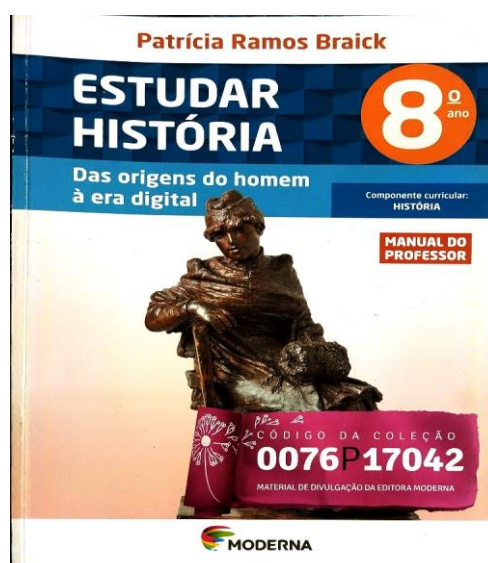
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 181.

A referência realizada em forma de pequena nota em um canto da página não demonstra o interesse em estimular a reflexão crítica sobre o assunto, ou produzir conexão com outros saberes estudados a respeito da independência do Brasil. Em outras palavras, o conhecimento é apresentado de modo raso e fragmentado, impedindo que o estudante desenvolva uma visão mais ampla e analítica da realidade tratada. Além disso, não há nenhuma atividade proposta

²²BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2011**:História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2010, p. 17.

relacionada a esse episódio, o que reforça a ausência de destaque dado a essa importante participação popular no processo de independência. Essa ausência confirma a advertência feita na própria resenha do PNLD: a necessidade de o professor “pensar situações alternativas para o desenvolvimento de alguns conteúdos, procurando relacioná-los com a História local, os recursos disponíveis e a experiência dos alunos”²³. Isso reforça a tese que, embora o material ofereça uma estrutura didática adequada, ele exige uma mediação ativa por parte do docente para garantir uma abordagem mais ampla e representativa dos processos históricos.

Figura 6 - Capa do livro “Estudar História – Das origens do homem à era digital”



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra²⁴.

A obra *Estudar História – Das origens do homem à era digital: 8º ano*, de autoria de Patrícia Ramos Braick, publicada pela Editora Moderna em 2015, em sua segunda edição, integra uma das coleções aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2017, figurando entre os materiais amplamente adotados nas escolas públicas brasileiras. Segundo o Guia do PNLD, a obra apresenta uma proposta didática que busca articular o desenvolvimento das habilidades de leitura, análise e interpretação histórica com o estímulo à reflexão crítica sobre os processos sociais. O livro procura promover uma compreensão ampla das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais que marcam o percurso da humanidade, relacionando passado e presente por meio de uma linguagem acessível e de recursos visuais atrativos.

²³BRASIL, 2010, p. 93.

²⁴BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar História – Das origens do homem à era digital: 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

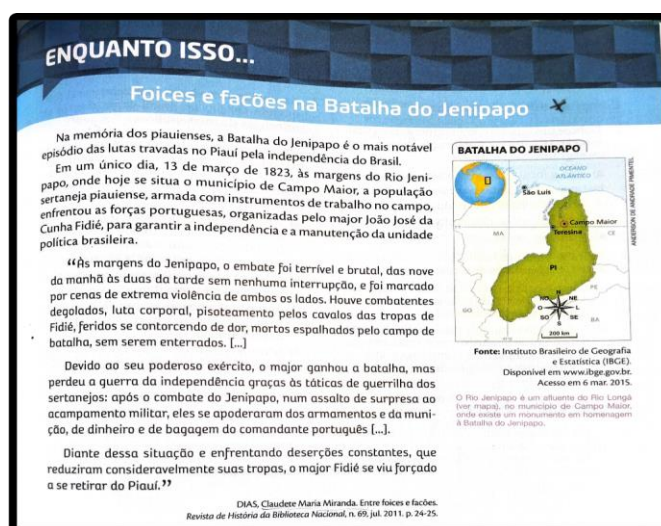
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A coleção valoriza o uso de fontes históricas diversificadas — textos, imagens, mapas e gráficos —, incentivando o aluno a construir interpretações próprias a partir da análise dessas fontes. Além disso, o manual do professor oferece orientações metodológicas que favorecem a abordagem interdisciplinar e o uso de temas contemporâneos, como cidadania, diversidade cultural e direitos humanos, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Assim, a obra se destaca por combinar rigor conceitual com uma estrutura pedagógica voltada à formação de sujeitos críticos e participativos, alinhada às exigências do ensino de História no século XXI, conforme o Guia do *PNLD*, o material

apresenta uma abordagem da História ancorada numa perspectiva temporal cronológica linear, privilegiando o viés político e social. A partir dessa escolha, procura contemplar diferentes narrativas para um mesmo acontecimento, recorrendo à variedade de fontes históricas e investindo na conexão entre os conteúdos com questões do tempo presente²⁵.

O tema da Independência é contemplado no capítulo 08 — “O Processo de Independência do Brasil”. A batalha é apresentada em uma seção específica intitulada “Enquanto isso... Foices e facções na Batalha do Jenipapo”. A abordagem adotada dialoga com a perspectiva da historiadora piauiense Claudete Dias²⁶, que busca atribuir protagonismo à Batalha do Jenipapo e reconhecer o papel das camadas populares no processo de Independência. Destaca-se a imagem a seguir:

Figura 7 - Trecho do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo



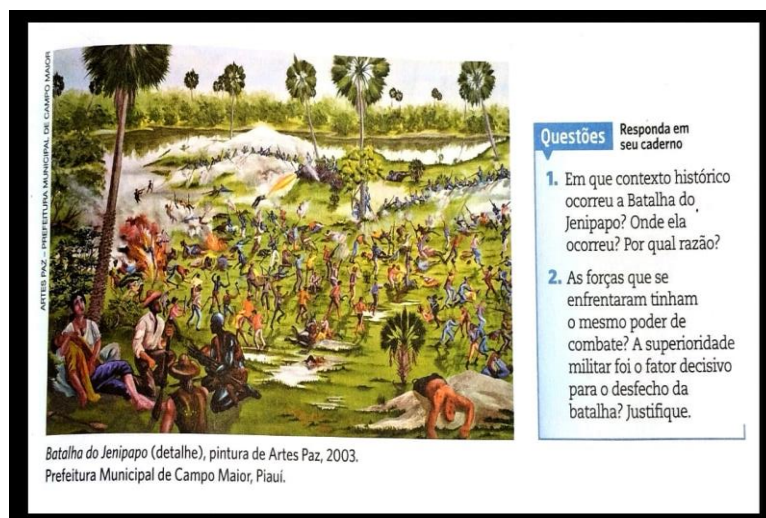
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161.

²⁵BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2017: História – Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2016, p. 69.

²⁶DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

Além do conteúdo textual, a obra inclui uma ilustração da Batalha do Jenipapo que contribui para aprofundar o entendimento do episódio (Figura 8) sob uma perspectiva que se afasta da abordagem tradicional, em que a independência do Brasil resultou da exclusiva decisão de um português apaixonado pelo país, ao ressaltar a figura de D. Pedro I nesse processo. A imagem retrata sertanejos armados com foices e outros instrumentos de trabalho, enfrentando as tropas portuguesas. Em complemento, o capítulo propõe atividades reflexivas voltadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, com questões como: “Em que contexto histórico ocorreu a Batalha do Jenipapo? Onde ela ocorreu? Por qual razão?” e “A superioridade militar foi o fator decisivo para o desfecho da batalha? Justifique.”. Esse recurso visual e as questões não apenas reforçam o conteúdo apresentado no texto, como também amplia o olhar dos estudantes sobre a diversidade de agentes históricos envolvidos na luta pela emancipação.

Figura 8 - Imagem do livro “Estudar História” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 161

É importante ressaltar que as duas últimas obras didáticas incluídas nesta investigação — *Teláris História* (2018) e *História: Sociedade & Cidadania* (2022) — foram lançadas após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017. Por essa razão, elas constituem referências importantes para compreender como os livros mais recentes incorporam (ou não) as diretrizes estabelecidas para o ensino de História no Ensino Fundamental, especialmente no que tange à abordagem da Independência do Brasil.

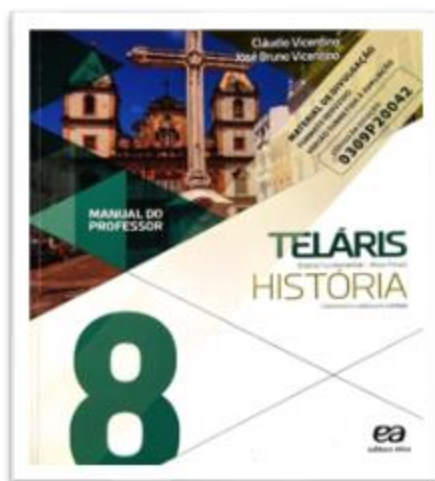
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica no Brasil. Estruturada em etapas — Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio —,

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

a BNCC organiza-se em áreas do conhecimento, competências gerais e específicas, habilidades e objetos de conhecimento. No componente de História, propõe uma abordagem que articula passado e presente, reconhecendo múltiplas narrativas e diferentes sujeitos históricos, valorizando a diversidade de memórias, culturas e territórios. Conforme destaca o documento, sua proposta tem como objetivo “formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”²⁷. Além disso, orienta que o ensino de História promova a compreensão dos processos históricos de forma ampla, considerando as dimensões locais, nacionais e globais.

No que se refere ao 8º ano do Ensino Fundamental, a BNCC aborda o “século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo”, dando especial atenção aos “múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos”²⁸. Nesse contexto, é prevista a articulação entre acontecimentos locais e globais, e o reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos nos processos históricos. Entre as habilidades previstas para essa etapa, destaca-se a “(EF08HI11): Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti”²⁹. Nesse sentido, a seguir são analisadas as duas obras, com o objetivo de verificar de que forma cada uma delas trata o processo de independência do Brasil, quais sujeitos são destacados e como o conteúdo se articula com as competências e habilidades previstas para o 8º ano do Ensino Fundamental.

Figura 9 - Capa da obra “Teláris História” (8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra³⁰.

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017, p. 416.

²⁸ BRASIL, 2017, p. 418.

²⁹ BRASIL, 2017, p. 425.

³⁰ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris História – 8º ano**. São Paulo: Editora Ática, 2018. **Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

A obra *Teláris História*, de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicada pela Editora Ática, compõe uma das coleções aprovadas no PNLD/2020. De acordo com o *guia*³¹, a coleção está em conformidade com as diretrizes da BNCC, e tem como proposta estimular nos alunos capacidades como a análise de contextos históricos e a interpretação de diferentes fontes. Além disso, favorece conexões interdisciplinares ao estabelecer relações entre a História e outras áreas do conhecimento, como Geografia, Artes e saberes oriundos da vivência comunitária.

Um aspecto que chama atenção é a forma como os conteúdos são organizados ao longo dos capítulos, repetindo a mesma lógica adotada anteriormente na coleção *Projeto Radix* (2011), de autoria de Cláudio Vicentino. Essa semelhança se justifica pelo fato de que a coleção *Teláris* foi escrita por ele em coautoria com José Bruno Vicentino. No volume destinado ao 8º ano, o capítulo 7, intitulado “A Independência na América Portuguesa”, trata dos eventos centrais, como o Dia do Fico e a Proclamação da Independência. No entanto, as lutas populares e os conflitos armados associados ao processo de independência são abordados apenas posteriormente, no capítulo 11, denominado “O Primeiro Reinado”.

Figura 10 - Trecho do livro “Teláris História” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 178.

Logo na abertura do capítulo 11, é apresentada uma imagem que aborda a Batalha do Jenipapo: uma pintura contemporânea de Artes Paz — também utilizada na obra *Estudar*

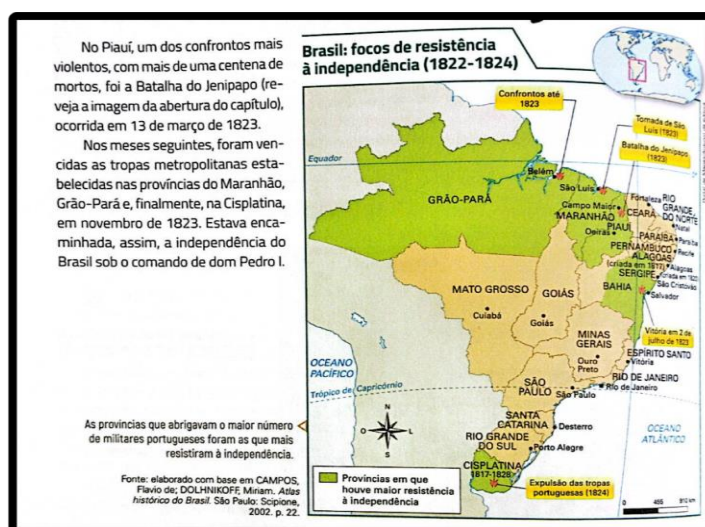
³¹BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020**: apresentação – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

História, de Patrícia Ramos Braick. A escolha dessa representação artística confere ao conteúdo um caráter visualmente expressivo, buscando despertar no leitor o interesse por um episódio muitas vezes pouco explorado nos manuais didáticos de História do Brasil. A legenda que acompanha a ilustração contextualiza o acontecimento, informando que o confronto ocorreu em 13 de março de 1823, no município de Campo Maior, às margens do rio Jenipapo, no Piauí. Embora sucinta, a descrição caracteriza a batalha como uma das mais violentas do processo de independência, ressaltando a bravura dos combatentes piauienses, maranhenses e cearenses que enfrentaram as tropas portuguesas em defesa da causa emancipatória.

A presença dessa imagem no início do capítulo não apenas introduz o tema da luta pela independência no Norte e Nordeste, mas também contribui para valorizar o protagonismo das populações locais, frequentemente silenciadas nas narrativas oficiais, situando o leitor diante de uma dimensão mais ampla e plural do processo de construção da nação brasileira. Além da imagem e da legenda, o livro apresenta um boxe introdutório intitulado “Para começar”, que propõe duas questões interpretativas. A primeira orienta o estudante a identificar o local do evento e os grupos sociais envolvidos; a segunda estimula uma reflexão crítica sobre a narrativa da independência como um processo pacífico, confrontando essa visão com a cena representada na pintura. Ao provocar o questionamento do senso comum, essas atividades contribuem para o desenvolvimento de uma leitura mais ampla e crítica sobre o processo de independência, alinhando-se às competências previstas pela BNCC.

Figura 11 - Focos de resistência à independência no Brasil (1822–1824)



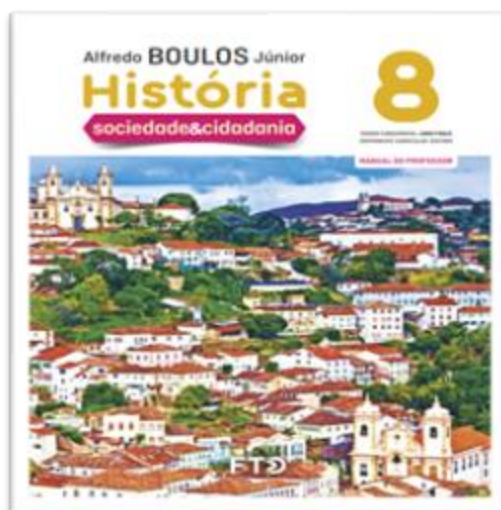
Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 180

Em outra seção do capítulo, um mapa intitulado “*Brasil: focos de resistência à independência (1822–1824)*” apresenta os principais locais onde houve oposição à Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

emancipação política, como o Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina. Esse recurso visual permite ao leitor compreender de forma mais ampla a complexidade e a dimensão territorial do processo de independência, evidenciando que a ruptura com Portugal não se deu de maneira homogênea ou pacífica em todo o território brasileiro. Ao situar o episódio de Campo Maior ao lado de outros focos de resistência, o mapa favorece uma leitura comparativa e integradora, em que o movimento do Jenipapo é percebido como parte de um conjunto de lutas regionais que contribuíram para a consolidação da soberania nacional.

O material, lançado em 2020, antecipa as comemorações do bicentenário da Independência do Piauí (1823–2023) e, de forma mais ampla, do bicentenário da Independência do Brasil (1822–2022). Considerando que os livros didáticos têm uma circulação média de quatro anos, a publicação se insere estrategicamente nesse contexto comemorativo, aproveitando o momento de valorização da memória histórica nacional e regional. Assim, a inclusão do mapa e a ênfase em episódios como a Batalha do Jenipapo refletem uma escolha editorial que busca não apenas atender às demandas pedagógicas do ensino de História, mas também dialogar com o interesse público e institucional gerado por datas simbólicas. Dessa forma, a obra reforça seu papel de instrumento formativo e de difusão de identidades regionais, contribuindo para o reconhecimento do Piauí e de outras províncias do Norte e Nordeste como protagonistas nos processos que moldaram a independência brasileira.

Figura 12 - Capa da obra História: Sociedade & Cidadania”(8º ano)



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra³².

³² BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania** – 8º ano. São Paulo: FTD, 2022.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

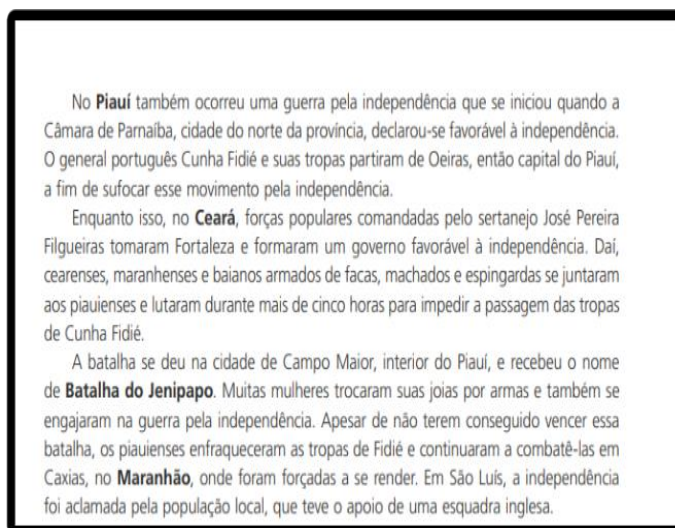
QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A coleção *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, publicada pela Editora FTD, integra o conjunto de obras aprovadas pelo PNLD/2024. De acordo com o *Guia do PNLD*³³, o destaque da obra está na seleção de imagens, vídeos e textos de apoio que, quando bem mediados pelo professor, podem se transformar em dispositivos importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico. Essa perspectiva dialoga diretamente com as orientações do *Currículo de Teresina*³⁴, documento que norteia o Ensino Fundamental na rede municipal e enfatiza a valorização da história local e regional.

Esse currículo destaca, entre seus objetos de conhecimento, “O Piauí frente às revoltas sociais e às lutas pela Independência do Brasil”. Nesse contexto, a inclusão da Batalha do Jenipapo na obra está alinhada à habilidade “(EF08HI06): Analisar a contribuição do Piauí no processo de independência do Brasil no contexto da América Portuguesa”³⁵, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e para o reconhecimento do papel histórico do Piauí.

A presença da Batalha do Jenipapo na obra ocorre no capítulo 9 – “O Reinado de D. Pedro I: uma cidadania limitada”. O episódio é descrito e acompanhado por imagens e recursos que reforçam sua importância, conforme se vê a seguir:

Figura 13 - Trecho do livro “História: Sociedade & Cidadania” sobre a Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

³³BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2024: História – Anos Finais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2023.

³⁴TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: história**. Teresina: UPJ Produções, 2018.

³⁵TERESINA, 2018, p. 107.

O material didático ressalta a participação de diferentes grupos sociais no contexto da Batalha do Jenipapo. Essa informação ecoa um dos registros memorialísticos presentes no Monumento aos Heróis do Jenipapo, localizado em Campo Maior (PI), onde está inscrito o seguinte relato de João Cândido de Deus e Silva:

As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os filhos, os irmãos para a guerra e a fim de que levassem munições e armas vendiam as joias, se mais nada tinham a vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas.³⁶

Ao se apropriar desse testemunho, a obra estabelece um diálogo entre o conteúdo escolar e a memória pública regional, reforçando o vínculo entre o ensino de História e o patrimônio cultural local. Por outro lado, embora esse movimento contribua para essa valorização, a narrativa apresenta limitações, sobretudo ao reproduzir, sem qualquer problematização, a afirmação de que “as mulheres vendiam as joias”. Esse relato refere-se, principalmente, as mulheres das camadas sociais mais abastadas, uma vez que a própria menção à posse de joias revela um perfil associado às elites locais. Dessa forma, essa perspectiva não contempla as experiências e formas de participação das mulheres das camadas populares, cuja atuação permanece frequentemente invisibilizada nas narrativas oficiais e nos registros de memória

Figura 14 - Monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo



Fonte: Arquivo pessoal / Reproduzido da obra, p. 164.

³⁶CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Histórias não contadas:** A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, p. 37. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>. Acesso em: 10 out. 2025.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

A obra também articula o conteúdo textual com recursos digitais por meio da seção “Dica!”, que recomenda o acesso à reportagem *O Grito no Jenipapo de Independência ou Morte* (2015), um vídeo produzido pelo canal da TV Assembleia Legislativo do Piauí. O material, com pouco mais de 12 minutos, é apresentado como recurso didático complementar e permite aos estudantes o contato com outras linguagens narrativas, mobilizando elementos simbólicos e imagéticos que reforçam a afirmação do pertencimento regional.

A sugestão é acompanhada por uma fotografia do Monumento em Memória da Batalha do Jenipapo. A imagem — que mostra a escultura com duas lanças cruzadas sobre a rodovia — atua como símbolo material da resistência piauiense e contribui para a valorização da trajetória histórica local. Complementando a abordagem, o *Manual do Professor* propõe uma atividade em que os alunos devem comparar dois episódios relacionados ao processo de Independência: a Batalha de Pirajá, na Bahia, e a Batalha do Jenipapo, no Piauí. A proposta consiste em refletir sobre os elementos comuns entre essas lutas e, ao mesmo tempo, identificar suas diferenças.

Considerações finais

A análise das seis obras didáticas selecionadas revela desproporções significativas na forma como a Batalha do Jenipapo é abordada no ensino de História do Ensino Fundamental. De maneira geral, observa-se uma lenta, mas crescente, valorização do episódio nas coleções mais recentes, especialmente após a homologação da BNCC. As obras *História Temática* (2000) e *Projeto Radix* (2011) apresentam um tratamento superficial ou mesmo a ausência de referência ao confronto, reproduzindo a lógica historiográfica nacional que tradicionalmente centraliza a Independência no eixo Sudeste e silencia os processos de resistência ocorridos nas províncias do Norte e Nordeste.

Por outro lado, obras como *Passaporte para a História* (2008) e *Estudar História* (2015), mesmo anteriores à BNCC, já evidenciam avanços ao tratar a Batalha do Jenipapo de forma mais explícita. *Passaporte para a História* revela esforço em dialogar com a produção historiográfica regional, ao incorporar referências de autores como Monsenhor Joaquim. Já *Estudar História* adota uma abordagem crítica e fundamentada, dialogando com reflexões de pesquisadoras como Claudete Dias. Além disso, ambas as obras propõem atividades que estimulam a reflexão crítica sobre os processos históricos locais.

No grupo de livros posteriores à BNCC, Teláris História (2018) e História: Sociedade & Cidadania (2022) apresentam um alinhamento consistente com as diretrizes curriculares, tanto nacionais quanto estaduais. As duas inserem a Batalha do Jenipapo dentro de um contexto mais amplo de resistências regionais, vinculando o tema a mapas, imagens, atividades interpretativas e referências à memória cultural local. Entretanto, essas obras ainda apresentam limitações, especialmente pela ausência de problematização de certas lacunas, como a participação das mulheres das camadas populares no episódio.

Cabe destacar que este artigo não tem como objetivo desvalorizar episódios consagrados da narrativa oficial, como o Dia do Fico ou o Grito do Ipiranga. Tais eventos são, sem dúvida, fundamentais para a compreensão do processo de emancipação política do país. Contudo, esta pesquisa buscou evidenciar a importância de destacar nas salas de aula de História que a Independência do Brasil não foi um processo homogêneo, tampouco restrito às elites do Sudeste. Ao incluir a Batalha do Jenipapo nas narrativas escolares, propõe-se ressignificar o processo da Independência, reconhecendo a diversidade de agentes e experiências que o compuseram.

Referências

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: Sociedade & Cidadania** – 8º ano. São Paulo: FTD, 2022.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História** – Das origens do homem à era digital: 8º ano. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2011: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2017: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: 5ª a 8ª séries** – PNLD 2002. Brasília: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia Digital PNLD 2024: História** – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020: apresentação** – guia de livros didáticos: História – Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- Hum Res**, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

QUEM CONTA A HISTÓRIA? A BATALHA DO JENIPAPO E AS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO NOS DIDÁTICOS (2000–2022)

CARNEIRO, Maristela. **Metodologia do ensino de história**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2017.

CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: A independência do Piauí**. São Paulo: FTD, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Histórias não contadas: A Batalha do Jenipapo no processo da Independência do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/arquivos/batalha-do-jenipapo>. Acesso em: 10 out. 2025.

CHAVES, Monsenhor. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. 3. ed. Teresina: FUNDABI, 2006.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)**. 2015. 651 f., il. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, Guilherme. **O ensino de história no Brasil: da história natural à história naturalizada**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas/SP, Unicamp, 2011.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **Passaporte para a História: 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

MONTE, César Robério. **"Heróis da pátria" e "facinorosos" – caminhos percorridos pelas camadas populares nas lutas pela independência no Piauí**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira, Parnaíba, 2024.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. **História temática: terra e propriedade – 7ª série**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi (Orgs.). **Ensino de História e currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Paco Editorial, 2017.

QUEIROZ, Teresinha. A História da Independência no Piauí: das Escritas Instituintes aos Revisionismos, das Versões Modernas às Celebrações. **Revista Humana Res**, v. 1, n. 5, 2022, ISSN: 2675-3901 p. 59 a 81, jan. a ago. 2022. Disponível: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/121> Acesso em: 10 outubro 2025.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo de Teresina: ensino fundamental, componente curricular: história**. Teresina: UPJ Produções, 2018.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix – raiz do conhecimento: História, 8º ano**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2011.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris História – 8º ano**. São Paulo: Editora Ática, 2018.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 145 – 166 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.